

BB Administradora de Consórcios S.A.

Sector Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2014

Relatório da Administração

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A (BB), com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, ao fim de 2014, mais de 565 mil participantes ativos, ocupando a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras relacionadas a instituições financeiras, conforme divulgado pelo Banco Central em janeiro de 2015 - dados de novembro.

A carteira apresenta 97,7% de sua composição nas modalidades de automóveis (93,5%), imóveis (3,0%) e veículos pesados (1,2%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente à atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por 528 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada à instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, eletroeletrônicos e serviços, além das destacadas acima.

Ao longo de 2014, foram comercializadas mais de 130 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 3,9 bilhões em volume de negócios.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Em 2014, a BB Consórcios lançou, para o segmento de automóveis, novos planos com ampliação do prazo para 84 meses, destacando o Banco do Brasil S.A. como o primeiro, entre os principais bancos do País, a oferecer o maior prazo de vigência do segmento. A BB Consórcios também foi pioneira ao possibilitar a utilização das cartas de crédito para aquisição de veículos *off-road*, tricícios e quadricíclos, segmento até então não beneficiado pela oferta de crédito.

Além disso, iniciou-se a comercialização da modalidade Imóvel para cliente pessoa jurídica, inclusive para uso em reforma/construção ou aquisição de imóveis comerciais, prédios, galpões, terrenos e imóveis rurais. Na estratégia de ampliação de participação de mercado nos segmentos de serviço e motocicletas, a BB Consórcios elevou o valor máximo das cartas para R\$ 15 mil e R\$ 18 mil respectivamente.

A atuação por meio dos Correspondentes Mais BB tem reforçado a distribuição e vendas dos produtos de consórcios, de forma complementar à rede de agências, somando R\$ 253,8 milhões em volume comercializado e aproximadamente 9 mil operações no canal.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

A BB Consórcios possui planos voltados à preservação do meio ambiente por meio de grupos para aquisição de bens não poluentes, a partir de cartas de crédito de bicicleta elétrica, em incentivo à comercialização de produtos voltados à sustentabilidade, iniciativa inédita no portfólio de produtos da administradora. O apoio ao handebol, por meio do patrocínio da Liga Nacional 2014 pela Lei de Incentivo ao Esporte, lançou a BB Consórcios como apoiadora da modalidade olímpica que mais cresce no Brasil.

Pelo quarto ano, a BB Consórcios apoia a causa do combate ao câncer infantil, onde já destinou R\$ 1,14 milhão por meio da lei de incentivo ao Fundo da Infância e Adolescência, trabalho pelo qual teve reconhecimento no ano de 2014 com o recebimento do Prêmio Valores do Brasil.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Em junho de 2014, última posição divulgada do ranking de reclamações do Bacen, considerando as administradoras de consórcios, a BB Consórcios manteve-se ausente dessa relação pelo 11º mês consecutivo. As ocorrências recebidas via BB Atende têm sido solucionadas dentro do prazo legal.

A BB Consórcios aderiu, também no primeiro semestre, ao portal consumidor.gov.br, serviço público lançado pelo Governo Federal para solução alternativa de conflitos entre consumidores e empresas. Esta iniciativa encontra-se alinhada ao conglomerado Banco do Brasil S.A. para melhoria da qualidade do atendimento ao consumidor. Neste canal, a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam, no prazo médio de 2,7 dias, inferior ao limite de 10 dias estipulado pelo portal.

No âmbito interno do Banco do Brasil S.A., o Consórcio continua elencado na ação Solução Imediata (SIM), que permite a antecipação de valores questionados pelo cliente, antes de análise conclusiva, visando melhorar o atendimento e resolver as demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2014, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 336,44 milhões, incremento de 24,9%, e o lucro líquido chegou a R\$ 181,36 milhões, o que representa crescimento de 24,6% em relação a 2013.

No encerramento do semestre, o Patrimônio Líquido foi elevado para R\$ 164,16 milhões.

CENÁRIO ECONÔMICO – MERCADO CONSÓRCIOS

Em 2014, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios movimentou R\$ 76,68 bilhões em volume de negócios.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registradas foi de 2,35 milhões, contribuindo para o aumento na quantidade de participantes ativos, que somou 6,18 milhões, equivalente ao crescimento de 7,7%, comparado aos 5,74 milhões de participantes verificados ao final de 2013. O número de contemplados elevou-se em 7,9% em 2014, atingindo no período 1,36 milhão e o total em crédito disponibilizado somou R\$ 37,79 bilhões.

Os números levantados pela ABAC apontam para uma continuidade no aumento do planejamento da compra de bens ou serviços pelos consumidores por meio do consórcio, o que reforça a percepção de crescimento do setor baseado na demanda de clientes por custo menor, por disciplina financeira adequada ao orçamento pessoal ou familiar e por ampliação patrimonial e de consumo.

Para o ano que se inicia, há uma boa perspectiva para o crescimento do mercado de consórcios, apoiado na divulgação e conscientização sobre educação financeira. Tanto no mercado pessoa física, quanto pessoa jurídica, o controle orçamentário torna-se fundamental neste cenário.

A BB Consórcios, que apresentou crescimento de participantes ativos superior aos apresentados pelo mercado, tem como expectativa manter o crescimento em sua carteira entre 8 a 10% para o ano de 2015.

CAPITAL HUMANO

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições e no clima organizacional.

Em 2014, a BB Consórcios investiu na contratação de treinamento para capacitação dos funcionários da administradora. No mesmo período, foram providas melhorias nas instalações da nova sede e realização de pesquisa interna de clima, favorecendo a motivação e o estímulo ao trabalho.

Durante o exercício, foram desenvolvidas, ainda, diversas ações de reconhecimento, integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios, com eventos temáticos e ações de solidariedade com incentivo a doações a entidades carentes.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da empresa adota políticas alinhadas às do controlador no seu processo de gestão de riscos, o que minimiza riscos incorridos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil.

O BB considera a BB Consórcios nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado econômico-financeiro e realiza a avaliação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional da empresa, de forma individualizada, periodicamente.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No período, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Consórcios, a não ser os relacionados à auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO CIRCULANTE	330.764	254.347
Disponibilidades	(Nota 4) 104	148
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	292.720	220.099
Aplicações em operações compromissadas	(Nota 5.a) 292.720	220.099
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	27.327	28.520
Carteira própria	(Nota 6.a) 27.327	28.520
Outros Créditos	10.613	5.580
Créditos específicos	(Nota 7.a) 787	--
Diversos	(Nota 7.b) 9.826	5.580
PERMANENTE	36	13
Imobilizado	36	13
Móveis e equipamentos de uso	40	14
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso	(4)	(1)
TOTAL DO ATIVO	330.800	254.360

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE	166.638	99.266
Outras Obrigações	166.638	99.266
Sociais e estatutárias	(Nota 8.a) 95.187	72.615
Fiscais e previdenciárias	(Nota 8.b) 51.415	9.650
Diversas	(Nota 8.c) 20.036	17.001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	164.162	155.094
Capital	98.539	98.539
De domiciliados no país	(Nota 10.a) 98.539	98.539
Reservas de Lucros	65.623	56.555
(Nota 10.b)		
TOTAL DO PASSIVO	330.800	254.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.028	27.180	16.169
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6.b) 15.028	27.180	16.169
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	--	--	786
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	--	--	786
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.028	27.180	16.955
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	136.519	247.832	203.647
Receitas de prestação de serviços	(Nota 9.a) 191.224	336.437	269.466
Despesas de pessoal	(Nota 9.b) (5.405)	(10.111)	(7.783)
Outras despesas administrativas	(Nota 9.c) (4.015)	(7.421)	(5.672)
Despesas tributárias	(Nota 11.c) (26.887)	(47.255)	(37.456)
Outras receitas operacionais	(Nota 9.d) 2.887	6.045	3.165
Outras despesas operacionais	(Nota 9.e) (21.285)	(29.863)	(18.073)
RESULTADO OPERACIONAL	151.547	275.012	220.602
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	151.547	275.012	220.602
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(51.280)	(93.315)	(75.007)
(Nota 11.a)			
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO	(334)	(334)	--
LUCRO LÍQUIDO	99.933	181.363	145.595
Número de ações	14.100	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)	7.087,41	12.862,60	10.325,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	151.547	275.012	220.602
Ajustes ao Lucro Antes dos Impostos	1.105	1.486	731
Despesas com provisões para passivos contingentes	1.103	1.484	731
Despesas de depreciação	2	2	--
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	152.652	276.498	221.333
Variações Patrimoniais	(74.016)	(123.832)	(166.176)
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(56.357)	(72.621)	(76.984)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	283	1.193	(12.177)
(Aumento)/Redução em outros créditos	25.146	(3.510)	(311)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.566)	(52.900)	(73.674)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(21.522)	4.006	(3.030)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	78.636	152.666	55.157
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso	--	(25)	(13)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	--	(25)	(13)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(78.639)	(152.685)	(55.086)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(78.639)	(152.685)	(55.086)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	(44)	58
Início do período	107	148	90
Fim do período	104	104	148
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	(44)	58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31.12.2012	49.960	6.794	41.785	--	98.539
Aumento de Capital - AGE de 25.06.2013	48.579	(6.794)	(41.785)	--	--
Lucro Líquido do Período	--	--	--	145.595	145.595
Destinações:					
- Reservas	--	7.280	49.275	(56.555)	--
- Dividendos (R\$ 6.314,89 por ação)	(Nota 10.c) --	--	--	(89.040)	(89.040)
Saldos em 31.12.2013	98.539	7.280	49.275	--	155.094
Mutações do Período	48.579	486	7.490	--	56.555
Saldos em 30.06.2014	98.539	11.351	49.275	--	159.165
Lucro Líquido do Período	--	--	--	99.933	99.933
Destinações:					
- Reservas	--	4.997	--	(4.997)	--
- Dividendos (R\$ 6.733,04 por ação)	(Nota 10.c) --	--	--	(94.936)	(94.936)
Saldos em 31.12.2014	98.539	16.348	49.275	--	164.162
Mutações do Período	--	4.997	--	--	4.997
Saldos em 31.12.2013	98.539	7.280	49.275	--	155.094
Lucro Líquido do Período	--	--	--	181.363	181.363
Destinações:					
- Reservas	--	9.068	--	(9.068)	--
- Dividendos (R\$ 12.219,47 por ação)	(Nota 10.c) --	--	--	(172.295)	(172.295)
Saldos em 31.12.2014	98.539	16.348	49.275	--	164.162
Mutações do Período	--	9.068	--	--	9.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO CIRCULANTE	4.355.217	3.632.451
Disponibilidades	496	1.440
Aplicações Interfinanceiras	1.796.325	1.285.779
Outros Créditos	2.558.396	2.345.232
Direitos junto a consorciados contemplados	2.558.396	2.345.232
Normais	2.536.776	2.330.242
Em atraso	21.424	14.792
Em cobrança judicial	196	198
COMPENSAÇÃO	15.345.858	14.236.349
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	187.700	160.351
Contribuições devidas ao grupo	7.974.156	7.357.910
Consortiados - bens a contemplar	7.184.002	6.718.088
TOTAL DO ATIVO	19.701.075	17.868.800

PASSIVO	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE	4.355.217	3.632.451
Outras Obrigações	4.355.217	3.632.451
Obrigações com consorciados	1.952.762	1.883.899
Valores a repassar	10.868	24.186
Obrigações por contemplações a entregar	1.518.893	1.077.212
Recursos a devolver a consorciados	505.911	365.490
Recursos do grupo	366.783	281.664
COMPENSAÇÃO	15.345.858	14.236.349
Recursos mensais a receber de consorciados	187.700	160.351
Obrigações do grupo por contribuições	7.974.156	7.357.910
Bens ou serviços a contemplar	7.184.002	6.718.088
TOTAL DO PASSIVO	19.701.075	17.868.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
DISPONIBILIDADES (início do período)	1.539.164	1.287.219	878.227
Depósitos bancários	1.077	1.440	184
Aplicações financeiras do grupo	231.539	208.567	163.617
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.306.548	1.077.212	714.426
(+) RECURSOS COLETADOS	1.969.2		

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2014

NOTAS EXPLICATIVAS

I – ADMINISTRADORA

1 – A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 2, bloco E, 5º andar, Edifício Prime Business, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das demonstrações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicáveis: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06.02.2015.

Informações para efeito de comparabilidade

Foi realizada, para fins de comparabilidade e de forma a evidenciar melhor a essência das operações, a reclassificação da rubrica "Outras despesas operacionais", relativa à reversão/baixa de provisão para passivos contingentes, para a rubrica "Outras receitas operacionais".

Demonstração do Resultado

	R\$ mil		
	Divulgação Anterior	Exerc/2013 Ajustes	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Outras receitas operacionais	2.854	311	3.165
Outras despesas operacionais	(17.762)	(311)	(18.073)

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em mercado aberto, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 31.12.2014.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributo	Aliquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 14.a) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisdição sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 14.b), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades	104	148
Total	104	148

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Aplicações em Operações Compromissadas

	31.12.2014	31.12.2013
Letras Financeiras do Tesouro	292.720	220.099
Total	292.720	220.099

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	13.568	24.376	14.825
Total	13.568	24.376	14.825

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Carteira Própria

	31.12.2014	31.12.2013
Renda Fixa - CDB - Instituição Financeira Ligada	16.877	15.247
Cotas de Fundo de Investimento - BB CP Corp 10 Milhões	10.450	13.273
Total	27.327	28.520

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	13.568	24.376	14.825
Rendas de títulos de renda fixa	881	1.631	175
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	579	1.173	1.169
Total	15.028	27.180	16.169

c) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 31.12.2014 e 31.12.2013 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 – OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	31.12.2014	31.12.2013
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	733	--
Outros	54	--
Total	787	--

b) Diversos

	31.12.2014	31.12.2013
Impostos e contribuições a compensar	3.524	1.341
Ativo fiscal diferido - crédito tributário (Nota 11.d)	2.145	621
Títulos e créditos a receber	1.454	1.425
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14.c)	1.363	1.327
Devedores diversos - País ⁽¹⁾	1.340	866
Total	9.826	5.580

(1) Inclui o montante de R\$ 1.290 mil (R\$ 823 mil em 31.12.2013) referente a adiantamentos para encerramento de grupos de consórcios.

8 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2014	31.12.2013
Dividendos e bonificações a pagar	94.936	72.615
Gratificações e participações a pagar	251	--
Total	95.187	72.615

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2014	31.12.2013
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	46.927	6.329
Impostos e contribuições a recolher	4.486	3.317
Provisão para riscos fiscais (Nota 14.a)	2	4
Total	51.415	9.650

c) Diversas

	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados ⁽¹⁾	9.227	10.189
Provisão para demandas cíveis (Nota 14.a)	3.306	1.824
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽²⁾	3.000	3.168
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.498	1.918
Credores diversos - País ⁽³⁾	2.005	3.070
Total	20.036	17.001

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Refere-se à provisão de eventos de premiação - sinergia 2014.

(3) Valores relativos a grupos encerrados – recursos não distribuídos.

9 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Taxa de administração de consórcios	186.656	327.951	262.548
Multa e juros recebidos	2.342	4.339	3.168
Taxa de cessão	2.226	4.147	3.750
Total	191.224	336.437	269.466

b) Despesas de Pessoal

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Proventos	(2.752)	(5.613)	(4.836)
Encargos sociais	(1.548)	(2.901)	(2.168)
Benefícios	(398)	(761)	(572)
Honorários	(592)	(679)	(177)
Treinamento	(115)	(157)	(30)
Total	(5.405)	(10.111)	(7.783)

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Processamento de dados	(2.235)	(4.276)	(2.881)
Comunicações	(651)	(971)	(584)
Aluguéis	(308)	(706)	(518)
Contribuições filantrópicas	(340)	(340)	(300)
Promoções e relações públicas	(126)	(311)	(673)
Viagem	(30)	(82)	(116)
Serviços de terceiros	(15)	(79)	(60)
Publicações	(26)	(62)	(64)
Água, energia e gás	(14)	(33)	(18)
Material de expediente	(13)	(24)	(35)
Outras	(257)	(637)	(423)
Total	(4.015)	(7.421)	(5.672)

d) Outras Receitas Operacionais

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Taxa de permanência	2.186	4.749	2.596
Reversão/Baixa de passivos contingentes	477	1.040	533
Recuperação de encargos e despesas	176	176	3
Variação monetária ativa	48	90	33
Total	2.887	6.045	3.165

e) Outras Despesas Operacionais

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Remuneração aos correspondentes bancários	(7.277)	(7.277)	--
Banco do Brasil - suporte operacional	(2.488)	(5.498)	(6.951)
Taxas e tarifas bancárias	(1.913)	(3.455)	(3.967)
Evento de premiação - Sinergia 2014	(3.000)	(3.000)	--
Variações monetárias passivas	(1.281)	(2.712)	(616)
Passivos contingentes	(1.578)	(2.520)	(1.265)
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil	(1.545)	(2.394)	(2.059)
Despesas com demandas judiciais	(1.123)	(1.123)	--
Atualização dos recursos dos consorciados	(466)	(936)	(936)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(580)	(896)	(643)
Operações sem SQG/sinistros a receber ⁽¹⁾	--	--	(1.588)
Outras	(34)	(52)	(48)
Total	(21.285)	(29.863)	(18.073)

(1) Perdas por imparidade referentes a Operações sem Seguro Quebra de Garantia (SQG) e Sinistros a Receber

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 98.539 mil (R\$ 98.539 mil em 31.12.2013), totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 164.162 mil (R\$ 155.094 mil em 31.12.2013) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 11.642,70 por ação (R\$ 10.999,57 em 31.12.2013).

b) Reservas de Lucros

	31.12.2014	31.12.2013
Reservas de Lucros		
Reserva legal	16.348	

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2014

	31.12.2014	31.12.2013
Ativos		
Disponibilidades (Nota 4)	104	148
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	292.720	220.099
Títulos e valores mobiliários	16.877	28.520
Passivos		
Outras obrigações - sociais e estatutárias - dividendos (Nota 8.a)	94.936	72.615
Valores a pagar a sociedade ligadas (Nota 8.c)	2.498	1.918

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Resultado			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	13.568	24.376	14.825
Rendas de títulos de renda fixa (Nota 6.b)	881	1.631	175
Outras receitas operacionais	--	595	258
Outras despesas operacionais	(13.803)	(19.520)	(13.620)
Despesas de pessoal (Nota 9.b)	(5.405)	(10.111)	(7.783)
Despesas administrativas diversas	(3.428)	(6.424)	(3.748)
Variações monetárias passivas (Nota 9.e)	(1.281)	(2.712)	(616)

13 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela subsidiária de todos os custos decorrentes.

	31.12.2014	31.12.2013
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil	37	37
Maior Salário (em R\$)	33.154,28	26.148,17
Menor Salário (em R\$)	6.492,19	5.983,59
Salário Médio (em R\$)	11.359,96	8.717,48

14 – PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

Ações fiscais que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais referente à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis:

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	5	4	3
Constituição	--	1	1
Reversão da provisão	--	--	--
Baixa por pagamento	(3)	(3)	--
Saldo Final	2	2	4
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	2.202	1.824	1.093
Constituição	1.578	2.519	1.264
Reversão da provisão	(414)	(574)	(149)
Baixa por pagamento	(60)	(463)	(384)
Saldo final	3.306	3.306	1.824
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	3.308	3.308	1.828

b) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2014	31.12.2013
Demandas Cíveis	889	1.756
Demandas Fiscais	--	25
Total	889	1.781

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	31.12.2014	31.12.2013
Demandas Cíveis	1.363	1.327
Total	1.363	1.327

15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2014, não foi identificada desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01, recepcionado pela Resolução CMN n.º 3.566/2008.

b) Lei nº 12.973 (Conversão da Medida Provisória nº 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva, a BB Consórcios aguardará a regulamentação integral pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei 12.973/2014. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei e instruções normativas relacionadas, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis. A BB Consórcios não exerceu a opção pela sua aplicação no exercício de 2014 e observará a aplicação dos seus dispositivos a partir do exercício de 2015.

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ABB Administradora de Consórcios S.A., BB Consórcios, obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	31.12.2014	31.12.2013
Quantidade de consorciados ativos	565.051	437.691
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	194.405	165.421
Quantidade de bens pendentes de entrega	51.769	36.788
Quantidade de bens entregues no período	43.916	17.871
Quantidade de inadimplentes contemplados	14.330	3.983
Quantidade de grupos administrados	551	513
Taxa de administração média ponderada	12,92%	10,84%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	2,54%	2,63%

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria e ao Acionista da
BB Administradora de Consórcios S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Consórcios é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Consórcios. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2014 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 6 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Banco do Brasil optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3.198/2004, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente.

Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da BB Consórcios. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, a administração e, também, com executivos do Banco das áreas que prestam serviços à BB Consórcios, tais como: controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, governança e finanças.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, governança corporativa, soluções tecnológicas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou o relatório da administração, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seu relatório.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2014 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da BB Consórcios naquela data.

Brasília-DF, 06 de fevereiro de 2015.

Egídio Otmar Ames (Coordenador)
Antônio Carlos Correia
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, o Conselho de Administração da BB Administradora de Consórcios S.A. declara que, em reunião desta data, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria e do Relatório da Administração referentes ao exercício de 2014.

Em 06 de fevereiro de 2015.

Edmar José Casalatina
José Carlos Reis da Silva

Gueitiro Matsuo Genso
Sheila D'Amorim Santos Guedes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2015.

Ives César Fülber
Conselheiro

Alex Pereira Benício
Conselheiro

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Presidente

Diretoria

Presidente

Alexandre Luís dos Santos

Diretor Executivo

João Marques do Vale

Paulo Ivan Rabelo

Conselho de Administração

Edmar José Casalatina (Presidente)

Gueitiro Matsuo Genso (Vice-Presidente)

José Carlos Reis da Silva

Sheila D'Amorim Santos Guedes

Conselho Fiscal

Fábio Franco Barbosa Fernandes (Presidente)

Alex Pereira Benício

Ives César Fülber

Egídio Otmar Ames (Coordenador)

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador GERAL

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87